



GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLA S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar - parte, 17º andar e 18º andar - parte, CEP: 04542-000

CNPJ 04.332.281/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Em R\$ mil

Apresentação

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação da V.Sas. as demonstrações financeiras do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

Destaques**• Resultado do Exercício antes da Destinação dos Lucros**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Banco registrou Lucro Líquido de R\$ 120,5 milhões, correspondente a R\$ 0,09 por ação e rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido final de 10,79%.

• Registro como "Swap Dealer"

Conforme aprovado em Reunião de Diretoria realizada em 22 de agosto de 2014, o Banco registrou-se, em 29 de agosto de 2014, como Swap Dealer perante a U.S. Commodities Futures Trading Commission ("CFTC"), nos termos do Commodity Exchange Act, Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act e legislação e regulação aplicáveis.

• Diretoria

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de outubro de 2014, (i) o Sr. Paulo Carvalho Leme foi eleito para o cargo de Diretor Presidente, em substituição ao Sr. Alejandro Vollbrechhausen Costa; e (ii) a Sra. Kathia Aparecida Autuori foi eleita para o cargo de Diretora sem Designação Específica. Paulo Carvalho Leme e Kathia Aparecida Autuori tomaram posse em 31 de outubro de 2014.

• Limite de Basileia - Patrimônio de Referência Exigido

O Banco adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando-se como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro, de acordo com as diretrizes do Banco Central.

O índice de Basileia é monitorado diariamente e representa um importante indicador do montante de capital alocado compatível em função do grau de risco da estrutura de seus ativos.

Em 31 de dezembro de 2014, o índice de Basileia do Conglomerado Financeiro, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, é de 17,17%, superior, portanto, ao índice mínimo de 11% exigido pela regulamentação do BACEN.

Em março de 2013, o BACEN divulgou um conjunto de quatro resoluções e quinze circulares que implantam no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras. Conhecidas em seu conjunto por Basileia III, as novas regras buscam aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras de absorver choques e prevenir problemas financeiros.

A implantação, no Brasil, da nova estrutura de capital iniciou-se em 1º de outubro de 2013 e segue o cronograma internacional acordado até a conclusão do processo em 1º de janeiro de 2022.

Gestão de Riscos

Acreditamos que gerenciar o risco de maneira eficaz é essencial para o sucesso do grupo Goldman Sachs. Dessa forma, contamos com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais podemos monitorar, avaliar e administrar os riscos associados a nossas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco

de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, regulatório e reputacional. Desenvolvemos nossa estrutura de gestão de risco com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O Conglomerado Financeiro é parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos do grupo Goldman Sachs e, conforme determinado pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.090/12, nº 3.380/06, nº 3.464/07 e nº 3.721/09, foram implementadas localmente as políticas e estrutura de Gestão de Riscos de Liquidez, Operacional, de Mercado e de Crédito, respectivamente.

Ouvideira

Em cumprimento à Resolução CMN nº 3.849/10, que dispõe sobre a instituição de componente organizacional de Ouvidoria, informamos que não há registros de qualquer demanda ou reclamação no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Enderço Eletrônico

Em conformidade com a Circular nº 3.678/13 do BACEN, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no site:

<http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

Ouvideira Goldman Sachs Brasil:

0800 727 5764 e/ou ouvidoriagoldmansachs@gs.com.

Horário de funcionamento:

Segunda-feira a sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2015.

BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ mil

| Ativo | 2014 | 2013 | Passivo e Patrimônio líquido | 2014 | 2013 |
|---|------------------|------------------|--|------------------|------------------|
| Circulante | 5.064.663 | 4.397.872 | Depósitos (nota 14) | 3.796.152 | 3.246.873 |
| Disponibilidades | 1.766 | 1.288 | Depósitos interfinanceiros (nota 14 (a)) | 248.047 | 229.727 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 7) | 919.098 | 911.327 | Depósitos a prazo (nota 14 (b)) | 203.760 | 201.191 |
| Aplicações no mercado aberto (nota 7 (a)) | 871.600 | 911.327 | Depósitos a prazo (nota 14 (b)) | 44.287 | 28.536 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 7 (b)) | 47.498 | — | Captações no mercado aberto (nota 15) | 321.046 | 1.443.633 |
| Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos | 3.700.550 | 3.219.854 | Carteira própria | — | 921.017 |
| Cartera própria (nota 8) | 545.322 | 396.151 | Carteira de terceiros | 29.313 | — |
| Vinculados a compromissos de recompra (nota 8) | — | 925.758 | Carteira livre movimentação | 291.733 | 522.616 |
| Vinculados a prestação de garantias (nota 8) | 1.837.108 | 849.614 | Obrigações por empréstimos (nota 16) | 1.002.405 | 117.644 |
| Instrumentos financeiros derivativos (nota 9) | 1.318.120 | 1.048.331 | Emprestimos no exterior | 1.002.405 | 117.644 |
| Operações de crédito (nota 10) | 142.119 | — | Instrumentos financeiros derivativos (nota 9) | 1.638.932 | 1.111.019 |
| Emprestimos e títulos descontados | 142.833 | — | Instrumentos financeiros derivativos | 1.638.932 | 1.111.019 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (714) | — | Outras obrigações | 585.722 | 344.850 |
| Outros créditos | 300.421 | 265.046 | Carteira de câmbio (nota 11) | 30.399 | 124.688 |
| Carteira de câmbio (nota 11) | 30.606 | 124.028 | Fiscais e previdenciárias (nota 18 (a)) | 47.874 | 10.274 |
| Rendas a receber | 210 | 2.903 | Negociação e intermediação de valores (nota 17) | 239.481 | 45.603 |
| Negociação e intermediação de valores (nota 17) | 167.718 | 62.942 | Diversas (nota 18 (b)) | 267.968 | 164.285 |
| Diversos (nota 12) | 101.887 | 75.173 | Exigível a longo prazo | 1.157.404 | 732.046 |
| Outros valores e bens | 709 | 357 | Depósitos (nota 14) | 215.301 | 343.762 |
| Despesas Antecipadas | 709 | 357 | Depósitos interfinanceiros (nota 14 (a)) | 2.295 | 33.962 |
| Total do Ativo | 6.069.939 | 4.977.537 | Depósitos a prazo (nota 14 (b)) | 213.006 | 309.800 |
| As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras | | | Instrumentos financeiros derivativos (nota 9) | 900.293 | 388.284 |
| | | | Instrumentos financeiros derivativos | 900.293 | 388.284 |
| | | | Outras obrigações | 41.810 | — |
| | | | Diversas (nota 18 (b)) | 41.810 | — |
| | | | Capital social | 1.116.383 | 998.618 |
| | | | De domiciliados no exterior (nota 20 (a)) | 1.383.596 | 1.383.596 |
| | | | Reserva de capital (nota 20 (c)) | 7.747 | 10.436 |
| | | | Prejuízos acumulados | (274.960) | (395.414) |
| | | | Total do Passivo e Patrimônio líquido | 6.069.939 | 4.977.537 |

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO
Em R\$ mil, exceto lucro (prejuízo) por ação

| | 2º Semestre | 2014 | 2013 |
|--|------------------|------------------|------------------|
| Receitas da intermediação financeira | 365.794 | 575.883 | 291.209 |
| Operações de crédito | 9.250 | 17.087 | 5.746 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 179.558 | 404.711 | 126.969 |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos (nota 9 (e)) | 158.153 | 139.374 | 156.075 |
| Resultado de operações de câmbio | 18.833 | 14.711 | 2.419 |
| Despesas da intermediação financeira | (265.824) | (357.928) | (219.828) |
| Operações de captação no mercado aberto | (67.177) | (182.151) | (102.939) |
| Operações de empréstimos e repasses | (194.947) | (172.035) | (116.260) |
| Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (nota 10 (a)) | (3.654) | (3.654) | — |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 10) | (46) | (85) | (629) |
| Resultado bruto da intermediação financeira | 99.970 | 217.958 | 71.381 |
| Outras receitas (despesas) operacionais | 7.135 | (57.165) | (151.703) |
| Receitas de prestação de serviços (nota 23 (c)) | 152.341 | 237.044 | 197.369 |
| Despesas de pessoal (nota 23 (d)) | (96.807) | (197.960) | (240.611) |
| Outras despesas administrativas (nota 23 (e)) | (38.526) | (75.577) | (90.489) |
| Despesas tributárias (nota 23 (f)) | (15.075) | (24.298) | (19.963) |
| Resultado de participação em controlada (nota 13) | 4.439 | 3.787 | 2.188 |
| Outras receitas operacionais (nota 23 (g)) | 18.079 | 24.338 | 16.412 |
| Outras despesas operacionais (nota 23 (h)) | (17.316) | (24.499) | (16.609) |
| Resultado operacional | 107.105 | 160.793 | (80.322) |
| Resultado não operacional (nota 23 (i)) | 4.026 | 7.415 | 5.084 |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações | 111.131 | 168.208 | (75.238) |
| Imposto de renda e contribuição social (nota 19) | (21.790) | (43.745) | 9.243 |
| Provisão para imposto de renda | (11.985) | (11.983) | — |
| Provisão para contribuição social | (7.205) | (7.205) | — |
| Provisão para imposto de renda diferido | (1.625) | (15.348) | 5.777 |
| Provisão para contribuição social diferida | (975) | (9.209) | 3.466 |
| Participações estatutárias no lucro | (4.009) | (4.009) | — |
| Participação no lucro | (4.009) | (4.009) | — |
| Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício | 85.332 | 120.454 | (65.995) |
| Lucro líquido/(prejuízo) por ação (em reais) | 0,06 | 0,09 | (0,05) |



GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar - parte, 17º andar e 18º andar - parte, CEP: 04542-000

CNPJ 04.332.281/0001-30

*continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - Em R\$ mil

• Ativo diferido

Está representado pelos gastos pré-operacionais e de mudança da sede social do Banco, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear em até 10 anos. O critério adotado pelo Banco foi manter os ativos desta natureza adquiridos antes da data da Resolução CMN nº 3.617/08 em seu grupo original até a sua completa amortização. A partir da emissão desta Resolução, a constituição de ativo diferido atende aos critérios estabelecidos no artigo 2º do referido ato normativo (nota 13 (c)).

(j) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridas deduzindo-se, quando aplicável, as correspondentes rendas de realização futura e/ou as provisões para perdas. Os créditos tributários calculados sobre os saldos de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são medidos pela aplicação das alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% no caso do imposto de renda, e 15% no caso da contribuição social sobre o lucro líquido.

A compensação dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com resultados positivos em exercícios futuros está limitada à 30% do referido lucro, se maior que o total de ativo diferido constituído.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 os créditos tributários citados acima não estavam registrados contabilmente (nota 19 (b)), os quais somente serão registrados quando apresentarem efetivas perspectivas de realização e forem atendidos todos os requisitos estabelecidos pelo BACEN para seu reconhecimento contábil.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas apropriar e acrescidos dos encargos e variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

A provisão para imposto de renda federal é constituída utilizando-se a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável.

(k) Contingências

As provisões para passivos contingentes de natureza tributária, trabalhista e civil, quando aplicável, são constituídas e reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como, modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar das incertezas inerentes ao seu prazo e valor.

As contingências passivas são reconhecidas contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

(l) Plano de incentivo de ações

Os funcionários elegíveis do Banco participam do Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc., através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão, sendo a despesa auferida refletida no resultado ao longo do período da aquisição de direito (vesting period) em contrapartida ao patrimônio líquido, em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 22) e, posteriormente reclassificado para rubrica do passivo, "Outras Obrigações - Diversas", em função do acordo de repagamento entre o Banco e o controlador, The Goldman Sachs Group, Inc.

4. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A política de gerenciamento de capital do Conglomerado Financeiro foi criada em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11 e com a Circular nº 3.547/11 do BACEN. Tais medidas estão alinhadas com as recomendações do Comitê de Basileia para fortalecer o sistema financeiro, incentivar melhores técnicas de gestão e avaliações de risco, assegurar a manutenção de valores apropriados de capital e planejar futuras necessidades de capital.

A política de gerenciamento de capital do Conglomerado Financeiro visa manter o capital adequado em condições normais e de estresse e ter procedimentos e políticas de gestão de risco conservadoras e dinâmicas que permitem administrar as posições de liquidez e de capital em qualquer ambiente. Tais princípios se aplicam ao Banco em uma base consolidada, que inclui a sua subsidiária (Corretora).

Os fatores que influenciam na revisão da política de gerenciamento de capital incluem, dentre outros:

- Leis, regulamentos e orientações regulatórias pertinentes;
- As avaliações de risco do Conglomerado Financeiro, incluindo os riscos de reputação e estratégicos;
- A avaliação da estrutura de capital ideal do Conglomerado Financeiro;
- Ambientes de mercado e econômico;
- Os negócios conduzidos pelo Conglomerado Financeiro; e
- Os instrumentos de capital.

(a) Estrutura de capital

Há duas principais exigências de capital no Brasil que impactam o Conglomerado Financeiro:

- **Exigências de capital de Basileia:** o índice de adequação de capital no Brasil é atualmente de 11% e tem por objetivo garantir que o Patrimônio de Referência seja suficiente para cobrir os riscos decorrentes de operação com ativos e passivos, bem como daqueles registrados em contas de compensação, assegurando à cobertura das exposições aos diversos riscos; e

• Limite de exposição por cliente: nos termos da legislação em vigor, o limite máximo de exposição por cliente é de 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio de Referência do Conglomerado Financeiro, nas seguintes situações: contratação de operações de crédito e de arrendamento mercantil, prestação de garantias, créditos decorrentes de operações com instrumentos financeiros derivativos, operações de subscrição para revenda, garantia de subscrição e aplicação em títulos e valores mobiliários, incluindo ações, e aplicações interfinanceiras de liquidez.

A meta do Conglomerado Financeiro é manter um nível de capital próprio que exceda os índices mínimos de capital regulatório exigidos nos termos da legislação em vigor, com um buffer que reflete o ambiente de mercado, o mix de negócios e as futuras alterações regulatórias de capital.

(b) Plano de Contingência de Capital (CCP)

No caso de um possível cenário adverso em relação às metas de capital estabelecidas, o Conglomerado Financeiro manterá um plano de contingência de capital que o permitirá responder rapidamente à situação. O CCP consiste em uma série de procedimentos e regras para analisar e responder a uma deficiência projetada ou efetiva, incluindo, entre outros, a identificação de fatores que desencadeiam uma deficiência de capital, bem como de fatores mitigadores e possíveis ações para remediar a situação.

O Conglomerado Financeiro estabelece indicadores de alerta prévio relacionados ao capital no Plano de Contingência de Capital, que são monitorados claramente, quais sejam:

- Índice de Capital de Basileia ("Capital Ratio"): os indicadores estabelecidos servem como alertas prévios de que os índices de capital do Conglomerado Financeiro estão se aproximando dos índices mínimos; e
- Limite de Exposição por Cliente (SNL): assegura que o Conglomerado Financeiro não tenha exposições superiores a 25% de seu capital regulatório vinculado a um único cliente ou grupo econômico.

Dessa forma, a estratégia do Conglomerado Financeiro é implementar ações para reduzir riscos com antecedência suficiente em um período de retração (seja idiossincrática ou sistemática) para evitar atingir os próximos níveis de alerta de riscos. Em conformidade com a Circular nº 3.678/13 (Pilar III), as informações referentes à estrutura de gerenciamento de capital, à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis para acesso público no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

5. GERENCIAMENTO DE RISCO - VISÃO GERAL

O Conglomerado Financeiro conta com processos de gestão de riscos abrangentes, através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. A estratégia de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

(a) Risco de crédito

Risco de crédito significa a possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência ou de deterioração da qualidade do crédito de terceiros (por exemplo, em operações de balcão ou de um tomador de empréstimo), ou de emissores de títulos ou demais instrumentos detidos. Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 3.721/09, o Banco possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado pelos seus diretores.

A exposição ao risco de crédito do Conglomerado Financeiro está em sua maior parte relacionada às operações de clientes no mercado de balcão. O risco de crédito também é decorrente de dinheiro aplicado em bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações compromissadas) e recebíveis de corretoras, operadores, câmaras de compensação, clientes e terceiros.

A Gestão de Risco de Crédito é responsável por avaliar, monitorar e administrar o risco de crédito no Conglomerado Financeiro, e é independente em relação às unidades geradoras de negócios, reportando-se ao diretor de risco do Conglomerado Financeiro.

O Comitê de Política de Crédito e o Comitê Geral de Risco criam e revisam políticas e parâmetros de crédito no mesmo padrão do Goldman Sachs Group. O Comitê de Risco Goldman Sachs Brasil (GSBR) revisa as políticas e parâmetros de crédito especificamente para o Conglomerado Financeiro e garante a conformidade com as exigências regulatórias locais.

As políticas autorizadas por esses comitês estabelecem o nível de aprovação formal necessária para que a empresa assuma uma determinada exposição de risco em relação a um terceiro, no que diz respeito a todos os produtos, levando em consideração quaisquer disposições de compensação, garantias e demais mitigadores de risco de créditos vigentes.

(b) Risco de mercado

Risco de mercado significa o risco de perda de valor de uma carteira devido às mudanças nos preços do mercado.

A carteira do Conglomerado Financeiro é mantida com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira baseiam-se nas solicitações de clientes e em oportunidades de investimento. A contabilização das carteiras é realizada a valor de mercado e, portanto, com flutuação diária, conforme normalizado pelas Circulars nº 3.068/01 e nº 3.082/02 do BACEN, e alterações posteriores.

As categorias de risco de mercado incluem:

- **Risco de taxa de juros:** resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível, inclinação e curvatura das curvas de rendimentos, às volatilidades das taxas de juros e spreads de crédito.
- **Risco de preço das ações:** decorrente das exposições às mudanças de preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações.

• **Risco de taxa de câmbio:** resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das taxas de câmbio.

• **Risco de preço de commodities:** decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias "commodities".

A Gestão de Riscos de Mercado, que é independente em relação às unidades que geram receitas, está diretamente subordinada ao diretor de riscos e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.

O monitoramento e controle dos riscos é efetuado por meio de uma supervisão através de funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Conglomerado Financeiro.

São empregadas diversas métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo, como por exemplo:

- As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR (Value at Risk) e métricas de sensibilidade.

- Para horizontes de longo prazo, nossas principais métricas de risco são os testes de estresse.

Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os riscos principais, os impulsivadores e as mudanças para cada mesa de operações e para cada negócio, sendo distribuídos para a alta administração das unidades geradoras de receita e para as áreas de suporte independentes.

(c) Risco operacional

Risco operacional representa o risco de perda causada por pessoas, sistemas ou resultante de processos internos inadequados ou de eventos externos.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 3.380/06, e alterações posteriores, o Banco possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, que são aprovados anualmente pelos seus diretores.

A exposição ao risco operacional deriva de erros de processamento de rotina, bem como incidentes extraordinários, tais como falhas de sistema.

Potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa.

O Conglomerado Financeiro mantém completa estrutura de controle, projetada para fornecer um ambiente seguro, de forma a minimizar riscos operacionais.

O Comitê Global de Risco Operacional supervisiona o contínuo desenvolvimento e a implementação de estruturas e políticas de risco operacional. O departamento de Gestão de Risco Operacional é uma atividade de gestão de risco independente das unidades geradoras de receita, e é responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas, metodologias e uma estrutura formalizada para a gestão de risco operacional, com o objetivo de minimizar a exposição a esse risco.

(d) Risco de liquidez

A liquidez tem importância crítica em instituições financeiras. Dessa forma, foram estabelecidas uma série de políticas de liquidez que visam manter a flexibilidade para lidar com eventos de liquidez específicos do Conglomerado Financeiro e também do mercado financeiro como um todo. O objetivo principal é prover recursos para o Conglomerado Financeiro no Brasil e permitir a manutenção dos negócios e geração de receita, até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Conglomerado Financeiro observa e atende os termos e solicitações da Resolução CMN nº 4.090/12, em vigor desde 1º de Janeiro de 2013.

As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminados para grande parte da alta gerência no Brasil e no exterior incluindo o Diretor-Estatutário responsável pelo Risco de Liquidez do Conglomerado Financeiro.

6. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 1.766 (2013 - R\$ 1.288) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto de R\$ 316.825 (2013 - zero) (nota 7 (a)).

7. APlicações INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

(a) Aplicações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, estão constituídas, em sua totalidade, por aplicações em operações compromissadas com vencimento inferior a 3 meses, no montante de R\$ 871.600 (2013 - R\$ 911.327) e compostas conforme abaixo demonstrado:

| | 2014 | 2013 |
|----------------------------------|-----------------|-----------------|
| | Custo corrigido | Custo corrigido |
| Posição bancada: | | |
| Sem acordo de livre movimentação | | |
| LTN | 316.825 | — |
| Subtotal | 316.825 | — |
| Com acordo de livre movimentação | | |
| LTN | 44.998 | — |
| NTN-B | 153.961 | 76.572 |
| NTN-F | 28.722 | 299.246 |
| Subtotal | | |

Goldman
Sachs

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLA S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar - parte, 17º andar e 18º andar - parte, CEP: 04542-000

CNPJ 04.332.281/0001-30

*continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - Em R\$ mil

(c) Composição do valor nominal por local de negociação

| | 2014 | 2013 | | |
|---------------------------------------|------------|------------|---------------|---------------|
| | Bolsa | Balcão | Valor nominal | Valor nominal |
| Swaps | 38.978 | 76.225.669 | 76.264.647 | 30.839.430 |
| Opcões | – | 4.284.012 | 4.284.012 | 57.502 |
| NDF | – | 13.514.612 | 13.514.612 | 11.310.375 |
| Outros derivativos | – | 813.210 | 813.210 | 797.912 |
| Operações com futuros | 31.442.275 | – | 31.442.275 | 13.749.819 |
| Termo de título público e mercadorias | – | 1.044.899 | 1.044.899 | 325.446 |
| Total | 31.481.253 | 95.948.114 | 127.429.367 | 58.218.063 |

(d) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

| | 2014 | 2013 | | |
|--|----------------|------------------------------|------------------|------------------|
| | Valor de custo | Ganhos/perdas não realizados | Valor de mercado | Valor de mercado |
| Ativo | 1.462.858 | 521.782 | 941.076 | 295.806 |
| Operações de Swap | 286.588 | 515.921 | 802.509 | 260.911 |
| Operações de NDF | 71.342 | 52.795 | 124.137 | 28.031 |
| Operações de opções e outros derivativos | 1.104.928 | (1.090.498) | 14.430 | 6.864 |
| Passivo | (850.880) | (577.287) | (1.428.167) | (556.958) |
| Operações de Swap | (659.307) | (336.597) | (995.904) | (449.379) |
| Operações de NDF | (117.517) | (9.116) | (126.633) | (100.715) |
| Operações de opções e outros derivativos | (74.056) | (231.574) | (305.630) | (6.864) |
| Total | 105.138 | (100.594) | 71.471 | 196.695 |
| Futuros | (27.931) | 60.684 | (9.304) | (710) |
| NDF (Non-deliverable forward) | | | | |
| Opcões | | | | |
| Total | 139.374 | 156.075 | | |

10. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A classificação das operações de crédito e constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa observam os seguintes critérios, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99:

- As operações de crédito devem ser classificadas em nove níveis de risco, entre "AA" (risco mínimo/nulo - 0%) e "H" (risco máximo - 100%); e
- A provisão para crédito de liquidação duvidosa é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco. Essa classificação leva em consideração, dentre outras variáveis, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Operações de Crédito" refere-se a empréstimo representado por um contrato indexado ao CDI, concedido na forma de cédula de crédito bancário para entidade não-ligada, cuja atividade econômica se insere na categoria de prestação de serviços e com vencimento em junho de 2015.

O valor atualizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 142.833 (2013 - R\$ 125.746).

Em 31 de dezembro de 2014, o nível de risco da operação foi classificado como "A", razão pela qual, foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 714 (2013 - R\$ 629), correspondente a 0,5% do valor atualizado do crédito concedido.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a receita de operações de crédito é de R\$ 17.087 (2013 - R\$ 5.746).

(a) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

Em 30 de setembro de 2014, o Banco cedeu o montante de R\$ 141.301, referente à operação de crédito, com retenção substancial de riscos e benefícios. Os créditos cedidos com "retenção substancial dos riscos e benefícios" permanecem em sua totalidade registrada no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo tendo como contrapartida a rubrica "Outras Obrigações - Diversas" (nota 18 (b)) referente à obrigação assumida que em 31 de dezembro de 2014 totaliza R\$ 144.955 e as receitas e despesas apropriadas de forma segregada no resultado do período pelo prazo remanescente da operação. A despesa auferida no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 3.654 (2013 - zero) está registrada na rubrica "Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros".

11. CARTEIRA DE CÂMBIO

| | 2014 | 2013 |
|---------------------------------|--------|---------|
| Ativo | | |
| Câmbio comprado a liquidar | 479 | 95.253 |
| Direitos sobre vendas de câmbio | 30.127 | 28.775 |
| Total | 30.606 | 124.028 |
| Passivo | | |
| Câmbio vendido a liquidar | 29.920 | 28.667 |
| Obrigações por compra de câmbio | 479 | 96.021 |
| Total | 30.399 | 124.688 |

12. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os saldos são compostos por:

| | 2014 | 2013 |
|---|---------|---------|
| Valores a receber de sociedades ligadas (nota 21 (a)) | 99.560 | 70.133 |
| Impostos e contribuições a compensar | 22.349 | 30.500 |
| Outros | 2.327 | 972 |
| Total | 124.236 | 101.605 |

13. PERMANENTE

(a) Investimentos

O Banco possui participação de 100% em sociedade controlada, a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., conforme abaixo:

| | 2014 | 2013 |
|---|-------------|-------------|
| Participação no capital integralizado | 100% | 100% |
| Quantidade de ações detidas | 176.000.000 | 176.000.000 |
| Capital social da controlada | 176.000 | 176.000 |
| Patrimônio líquido da controlada | 174.184 | 170.397 |
| Resultado de participação em controlada | 3.787 | 2.188 |
| Prejuízos acumulados da controlada | (1.816) | (5.603) |
| Valor contábil do investimento | 174.184 | 170.397 |

(b) Imobilizado de uso

| | 2014 | 2013 | | | |
|---|-----------------------|---------------|------------------------|-----------------------|---------------|
| Taxa anual depreciação | Depreciação acumulada | Valor líquido | Taxa anual depreciação | Depreciação acumulada | Valor líquido |
| Instalações, móveis e equipamentos de uso | 10% (2.226) | 8.193 | 9.753 | (1.230) | 8.523 |
| Comunicação | 10% (8.516) | 8.135 | 16.520 | (5.618) | 10.902 |
| Processamento de dados | 20% (10.484) | (7.967) | 2.517 | 10.476 | (6.833) |
| Total | 37.554 | (18.709) | 18.845 | 36.749 | (13.681) |
| | | | | | 23.068 |

(c) Diferido - constituição e reestruturação da sociedade e gastos de organização e expansão

Representado, substancialmente, pelos seguintes saldos:

- R\$ 1.006 - gastos organizacionais iniciais da atividade do Banco, registrados pelo custo, e amortizados desde novembro de 2006, pelo método linear (2013 - R\$ 1.531).
- R\$ 40.945 - gastos em benfeitorias em imóveis de terceiros que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social, baseado em estudo técnico elaborado pela entidade, conforme estabelece o artigo 2º da Resolução CMN nº 3.617/08 (2013 - R\$ 42.621).

14. DEPÓSITOS

(a) Depósitos interfinanceiros

Representado por captações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros com instituições financeiras, no valor de R\$ 206.055 (2013 - R\$ 235.153), com vencimento até dezembro de 2019. As taxas variam de 98% a 100% do CDI, sendo o montante de R\$ 173.200 (2013 - R\$ 157.449) correspondente a transação com parte relacionada, conforme demonstrado na nota 21 (a).

(b) Depósitos a prazo

Representado por captações em Certificados de Depósitos Bancários com clientes no valor de R\$ 257.293 (2013 - R\$ 338.336), com vencimento até 31 de dezembro de 2018 e taxas que variam de 98% a 100% do CDI, sendo o montante de R\$ 213.006 (2013 - R\$ 193.101) correspondente a transações com partes relacionadas (nota 21 (a)).

15. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 estão representadas por obrigações por operações compromissadas no montante de R\$ 321.046 (2013 - R\$ 1.443.633), sendo que, desse valor:

- Em 31 de dezembro de 2013, R\$ 921.017 correspondem a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos da carteira própria e liquidadas em 2 de janeiro de 2014, sendo o montante de R\$ 86.832 correspondente a transações com partes relacionadas (nota 21 (a)).
- Em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 29.313 (2013 - zero) corresponde a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos de terceiros e liquidadas em 2 de janeiro de 2015, sendo este valor em sua totalidade uma transação com parte relacionada (nota 21 (a)).
- Em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 291.733 (2013 - R\$ 522.616) corresponde a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação, em razão da venda definitiva dos respectivos títulos, representadas por LTN, NTN-B e NTN-F.

16. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 referem-se a empréstimos captados no exterior junto à Goldman Sachs Group Inc., Nova Iorque, em dólar e euro, resumido como segue:

| | 2014 | 2013 | |
|--|-------------|---------|--|
| | Até 3 meses | Total</ | |



GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar - parte, 17º andar e 18º andar - parte, CEP: 04542-000

CNPJ 04.332.281/0001-30

*continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - Em R\$ mil

conversão em 31 de dezembro de 2014 em comparação a PTAX utilizada para conversão em 31 de dezembro de 2013.

(1) A média ponderada a valor justo na data da outorga das RSUs concedidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 415,11 (2013 - R\$ 285). O valor justo das RSUs outorgadas em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 inclui um desconto de liquidez (*liquidity discount*) de 11,08% e 13,79%, respectivamente, para refletir restrições de até 4 anos pós-aquisição do direito de transferência.

(2) O valor justo agregado das ações com direito adquirido em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 25.377 (2013 - R\$ 54.588).

Saldo de opções

| | 2014 | | | | 2013 | | | |
|---------------------------------------|---|--------------------------------|---------------------------------|---------------------------|---|--------------------------------|---------------------------------|---------------------------|
| | Média Saldo de Ponderada Opções (Nº de ações) | Média Preço de Exercício (R\$) | Média Intrínseco Agregado (R\$) | Média Vida útil (em anos) | Média Saldo de Ponderada Opções (Nº de ações) | Média Preço de Exercício (R\$) | Média Intrínseco Agregado (R\$) | Média Vida útil (em anos) |
| Saldo ao final do ano anterior | 34.976 | 209 | 9.149.060 | 5 | — | 34.976 | 185 | 3.996.757 |
| Saldo de opções ao final do exercício | 34.976 | 209 | 10.688.458 | 4 | — | 34.976 | 185 | 8.068.891 |
| Exercíveis ao final do exercício | 34.976 | 209 | 10.688.458 | 4 | — | 34.976 | 185 | 8.068.891 |

A tabela abaixo demonstra o saldo de opções:

Preço de exercício

| | 2014 | | | 2013 | | |
|---------------------------------------|-------------------------------------|--|-------------------------------------|-------------------------------------|--|-------------------------------------|
| | Média Saldo de Opções (Nº de ações) | Média Ponderada Preço de Exercício (R\$) | Média Ponderada Vida útil (em anos) | Média Saldo de Opções (Nº de ações) | Média Ponderada Preço de Exercício (R\$) | Média Ponderada Vida útil (em anos) |
| R\$ 199,22 - R\$ 239,03: | 34.976 | 209 | — | 34.976 | 185 | — |
| Saldo de opções ao final do exercício | 34.976 | 209 | — | 34.976 | 185 | — |

Em decorrência da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, o Banco registrou o total de despesas de provisão para pagamento em ações, líquido de prescrições, baseado no preço da data de outorga. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi registrado o montante de R\$ 23.824 (2013 - R\$ 34.621) referentes à amortização dos prêmios em ações.

A contrapartida do lançamento acima foi contabilizada como provisão no Passivo.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Banco registrou despesa de provisão de encargos sociais, baseados no valor atual da ação, no montante de R\$ 12.859 (2013 - R\$ 21.636).

Considerando o contrato de repagamento assinado em 31 de dezembro de 2012 com a The Goldman Sachs Group, Inc. a provisão para pagamento em ações referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 corresponde ao valor ajustado a mercado de R\$ 44.621 (2013 - R\$ 62.841). Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da provisão para encargos sociais é de R\$ 33.494 (2013 - R\$ 30.087).

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Passivos contingentes e obrigações legais

• **Passivos contingentes trabalhistas classificados como risco de perda provável e possível**

Em 31 de dezembro de 2014, o Banco figura como parte em litígios de natureza trabalhistas, patrocinadas por ex-funcionários e ex-prestadores de serviços. O valor das contingências é provisionado com base nas características individuais de cada ação. Em 31 de dezembro de 2014, a provisão para contingências trabalhistas classificadas com perda de risco provável pela Administração, haja vista prognóstico de seus advogados externos, é de R\$ 800 (2013 - R\$ 64).

As contingências trabalhistas classificadas como possíveis com base nos pareceres emitidos pelos advogados externos responsáveis pela condução das ações totalizam a R\$ 1.918 (2013 - R\$ 1.500).

• Passivos contingentes fiscais classificados como risco de perda possível

O Banco é parte em processos na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa.

Os processos envolvem os seguintes assuntos: (a) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no valor de R\$ 281 (2013 - R\$ 267); (b) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da venda de ações no IPO da BOVESPA no valor de R\$ 3.374 (2013 - R\$ 3.232); (c) PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes da incorporação de ações da Bovespa Holding S.A. pela Nova Bolsa S.A. no valor de R\$ 9.426 (2013 - R\$ 9.020);

(3) A média ponderada na data de entrega das RSUs entregues em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 446 (2013 - R\$ 341).

• Opções de ações

Opções de ações geralmente são adquiridas tal como descrito no acordo de RSU. Em geral, as opções expiram no décimo aniversário da data de outorga, embora elas possam ser objeto de rescisão antecipada ou cancelamento sob certas circunstâncias, de acordo com os termos do SIP, bem como de acordo com os contratos de opções aplicáveis. O quadro abaixo demonstra a movimentação das opções de ações pelo preço de exercício:

(e) Outras despesas administrativas

Outras despesas administrativas referem-se a:

| | 2014 | 2013 |
|--|---------------|---------------|
| Aluguel | 24.050 | 25.483 |
| Depreciação e amortização | 10.510 | 12.359 |
| Serviços do sistema financeiro | 9.004 | 9.391 |
| Viagens | 6.241 | 8.101 |
| Processamento de dados | 4.977 | 5.371 |
| Materiais, manutenção e conservação de bens | 4.586 | 4.819 |
| Serviços técnicos especializados | 4.596 | 6.362 |
| Comunicação, publicações, propaganda e publicidade | 3.584 | 5.361 |
| Serviços de terceiros | 1.898 | 1.715 |
| Promoções e relações públicas | 1.226 | 1.054 |
| Seguros, vigilância e segurança | 1.223 | 973 |
| Despesas de contribuições filantrópicas | 129 | 169 |
| Outras despesas administrativas | 3.553 | 9.330 |
| Total | 75.577 | 90.489 |

(f) Despesas tributárias

Despesas tributárias referem-se a:

| | 2014 | 2013 |
|--|---------------|---------------|
| Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS | 11.595 | 9.610 |
| Despesas de contribuição ao COFINS/PIS/PASEP | 11.466 | 10.097 |
| Despesas tributárias - IOF | 1.237 | 256 |
| Total | 24.298 | 19.963 |

(g) Outras receitas operacionais

Referem-se, substancialmente, às receitas de variação cambial sobre saldos a receber em moeda estrangeira no valor de R\$ 19.796 (2013 - R\$ 7.234), e aos juros ativos calculados sobre saldos de tributos a recuperar no valor de R\$ 3.305 (2013 - zero).

(h) Outras despesas operacionais

Referem-se, substancialmente, ao resultado de variação cambial sobre saldos a pagar registrados em moeda estrangeira no valor de R\$ 18.576 (2013 - R\$ 9.791).

(i) Resultado não operacional

Refere-se, substancialmente, à receita decorrente da (i) locação de ativos, conforme descrito no "Instrumento Particular de Aluguel de Ativos", firmado na data de 28 de junho de 2013, entre o Banco e a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Goldman Sachs Asset Management Brasil Ltda. e Goldman Sachs Participações Ltda. ("partes relacionadas"), e (ii) sublocação de imóvel, conforme descrito nos "Instrumentos Particulares de Sublocação para fins não Residenciais", firmados na data de 04 de fevereiro de 2013 entre o Banco e partes relacionadas, no montante de R\$ 6.779 (2013 - R\$ 6.247).

(j) Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014

A Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, alterou a legislação tributária federal relativa ao IRPJ, à CSLL, e às contribuições para o PIS e a COFINS, dentre outras previsões. Conforme expresso em seus artigos 75 e 96, as pessoas jurídicas poderiam optar voluntariamente pela aplicação das disposições da Lei ora em referência a partir de 1º de janeiro de 2014, ou adotá-las mandatoriamente a partir de 1º de janeiro de 2015. A Administração do Banco optou por não adotar as disposições da Lei nº 12.973/14 ("Lei") a partir do ano-calendário de 2014, haja vista a inexistência de impactos significativos no tocante à migração para o novo regime tributário nela estabelecido.

24. LIMITES OPERACIONAIS

(a) Índice de Basileia e índice de imobilização

O Banco adota a apuração dos limites operacionais de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Financeiro, em conformidade com as diretrizes do BACEN.

Com o objetivo de implementar no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, o BACEN, em março de 2013, normas acerca da nova definição de capital e dos requerimentos de capital regulamentar que passaram a vigorar a partir de 1º de outubro de 2013. Em 31 de dezembro de 2014, o índice de Basileia do Conglomerado é de 17,17% (2013 - 22,62%), sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 1.074.431 (2013 - R\$ 955.996).

Em 31 de dezembro de 2014 o Índice de Imobilização do Conglomerado Financeiro é de 3,77% (2013 - 4,91%).

DIRETORIA

Diretor-Presidente: Paulo Carvalho Leme

André Laport Ribeiro
Antonio R. G. P. da S. Pereira

C Douglas Fuge
Daniel Motta C. Silva

Fernando P. Vallada
Gersoni A. F. M. Munhoz

Kathia Aparecida Autuori
Silvia Regina Valente

CONTADORA

Tatiana L. M. Navarro Baldivieso
CRC 1SP240271/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Goldman Sachs do Brasil Múltiplo S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2015.

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luis Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1